



ESTADO DO ACRE
Secretaria de Estado de Educação e Esporte

FÓRUM DE APOIO À FORMAÇÃO DOCENTE DO ACRE – FORPROF AC
ATA DA II REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2013

Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, às quinze horas e trinta e cinco minutos, na Sala de Reuniões do Gabinete da Secretaria de Estado de Educação e Esporte, situada no Bloco “D” da Rua Rio Grande do Sul, número mil novecentos e sete, Bairro Volta Seca, em Rio Branco-AC, realizou-se a II Reunião Ordinária do Fórum de Apoio à Formação Docente do ano de 2013. A reunião contou com a presença dos seguintes representantes: Izabel Lima Pessoa, Coordenadora Geral de Formação de Professores da Educação Básica – DEB/CAPES do Ministério da Educação; Daniel Queiroz de Sant’Ana, titular representante da Secretaria de Estado de Educação e Esporte – SEE e sua suplente, Cleide Helena Prudêncio da Silva, Diretora de Inovação da SEE; Aline Andréia Nicolli, representante suplente da Reitoria da Universidade Federal do Acre – UFAC; José Ribamar Lima de Souza representante suplente das Licenciaturas da Universidade Federal do Acre – UFAC; Mark Clark Assen de Carvalho, representante titular da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE; Maria de Fátima Miranda de Lima representante suplente do Conselho Estadual de Educação - CEE; Márcio José Batista, titular representante da União dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME; e sua suplente, Maria Izauníria N. da Silva; Charle Ferreira Crisóstomo representando o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC; Alcilene Maria Gurgel da Silva Pinto, representante titular do Sindicato dos Professores Licenciados – SINPLAC. Também se fizeram presentes as Professoras Rocilda Silva e Souza representante da Coordenação de Ensino Superior; Izis Melo da Silva da Coordenação de Educação para os Direitos Humanos Cidadania e Diversidade e Maria do Socorro de Oliveira da Coordenação de Educação Indígena. A professora Cleide Prudêncio iniciou os trabalhos agradecendo a presença de todos e informando que o Secretário Daniel Sant’Ana esta participando da abertura de outro evento e logo estará presente à reunião do Fórum, para não atrasar poderíamos iniciar ressaltando que essa será a nossa segunda reunião do ano de dois mil e treze e que a pauta tratará dos seguintes pontos: 1. Resultado das inscrições na Plataforma Freire; 2.

Documento da UNDIME; 3. Ofertas da Universidade Federal Fluminense; 4. Curso de Formação de Conselheiros; 5. Inclusão dos Conteúdos para a Educação Étnico-racial e Educação dos Direitos Humanos, no Currículo das Licenciaturas; 6. Oferta de Formação em Magistério, para poder capacitar professores com Nível Médio que venham a atuar na Educação Infantil no interior de Estado e 7. Formação de Professor Indígena. Em seguida passou a palavra para a Senhora Izabel Pessoa para que a mesma fizesse uma exposição dos dados do Acre relacionados à Plataforma Freire. A Senhora Izabel Pessoa pediu então que todos se apresentassem e por fim se apresentou como funcionária de carreira da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e que há dois anos exerce a função de Coordenadora Geral de Formação de Professores para a Educação Básica da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica – DEB. Que desde 2007, ainda na gestão do Ministro Fernando Haddad transferiu as atribuições das responsabilidades em políticas públicas para a CAPES que hoje é o órgão do MEC responsável por subsidiar essas políticas de formação de professores da educação básica e complementando o que já era função da CAPES que tem toda atuação institucional voltada para formação de professores, começamos como campanha e nasceu exatamente para ampliar o acesso as oportunidades de formação dos professores do Ensino Superior e agora nos voltamos para a Educação Básica para formação de professores mesmo, muita gente até pensa que atuamos na avaliação da pós-graduação porque a CAPES também é responsável pela avaliação da pós-graduação stricto sensu, mais na Educação Básica essa atribuição não é da CAPES, a gente só reforça, pois continua com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP. Desde que assumimos essa atribuição estamos desenvolvendo um conjunto de políticas públicas. Não é só o PARFOR, ele é somente uma dessas ações que nós fomentamos para formação de professores, o PARFOR que chamamos de Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, ele é uma ação, um programa dentro da política criada pelo Ministério da Educação – MEC, com o mesmo nome, então o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, foi criado pela portaria número 09 de 30 de junho de 2009 do Ministério da Educação - MEC para atender essa política nacional de formação de profissionais da educação básica criada pelo decreto número 6.755. A CAPES instituiu a política Nacional de Formação de professores do magistério da educação básica com a finalidade de atender à demanda por formação inicial e continuada dos professores das redes públicas, mas com o advento dessa política e com todos os

problemas enfrentados, ainda no âmbito do MEC, no momento da implantação do Programa o MEC resolveu que a CAPES cuidaria da formação inicial, presencial e da formação à distância e o MEC ficou com a Formação Continuada por isso que temos toda aquela confusão com as ofertas de formação continuada que antigamente era na Plataforma Freire agora já não é mais, por conta do Sistema Nacional de Formação Continuada - SINAFOR e aí estão enfrentando todos os problemas em relação ao próprio SINAFOR. O PARFOR na verdade oportuniza o acesso dos professores da educação básica a formação exigida pela LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sendo assim, ofertamos cursos de formação inicial, primeira e segunda licenciatura, formação pedagógica presencial e a distância. A Diretoria a qual estou vinculada trabalha com o PARFOR presencial e a Diretoria de Educação à Distância trabalha com formação à distância no âmbito do Sistema da Universidade Aberta do Brasil – UAB. Acredito que a UFAC também tenha, qual a diferença entre um e outro? É que o PARFOR presencial é exclusivamente para atender os professores em exercício na rede pública de educação básica, ou seja, ele fomenta a criação de turmas especiais nos cursos regulares das licenciaturas que as universidades já oferecem diferentemente da educação à distância que eles podem criar os cursos e as turmas são mistas, podendo atender, demanda social, ou seja, qualquer pessoa pode candidatar-se as vagas do Sistema UAB. Já no caso do presencial não, porque isso é diferente, primeiro porque queremos ampliar o acesso dos professores. A Educação presencial não teria capacidade para isso, então o MEC entende que o caminho seria a educação à distância, mais por incrível que pareça na execução da ação a demanda foi maior na presencial, hoje temos 54 mil professores matriculados em cursos do PARFOR presencial e não chegamos a 10 mil professores na educação à distância, isso se justifica porque a maioria das Universidades principalmente nas regiões Norte e Nordeste se integraram ao programa e ofertam essas turmas no interior dos Estados, 85% das turmas do PARFOR estão no interior do País e apenas 15% nas capitais, atendemos muito mais os sistemas municipais do que os sistemas estaduais, ou seja, onde de fato está a demanda. Então ele é um programa bastante interiorizado, essa é a grande diferença, a nossa proposta é que a educação à distância continue avançando e na medida em que isso vá acontecendo o PARFOR vá desaparecendo, na verdade o sucesso desse programa seria a sua finalização total porque significaria que não teríamos mais professores necessitando de formação superior nas redes estaduais e municipais, mais é aquela questão com a própria inconsistência da LDB que ainda diz que pode, ainda admite e nós da CAPES

concordamos com isso, que professores apenas com a formação no curso normal/magistério possa estar atuando, consideramos que o mesmo é um curso excelente, porém o que achamos é que esse professor não pode parar aí, ele tem que dar continuidade, seguir fazendo seu curso de graduação, depois ele segue fazendo seu curso de pós-graduação stricto sensu e assim por diante, pois entendemos que um professor bem qualificado se faz com formação continuada, essa é a visão da CAPES. Quanto ao PARFOR o Estado do Acre até o ano de 2012 não tinha aderido, pra falar a verdade não sei o porquê. Esse programa nasceu na Secretaria de Educação a Distância por isso que foi pensado inicialmente em EaD. Ele chegou a CAPES com um conjunto de problemas desde 2009 até meados de 2011 nós não fizemos nada além fazer ajustes, tínhamos problemas sérios de instituições que criavam cursos para ofertar no PARFOR, cursos de 2ª licenciaturas, inclusive quando chegava ao momento de diplomar esses alunos como é que diplomávamos? Ou seja, não havia uma discussão interna dentro das Instituições de Ensino Superior - IES, na verdade nós imaginávamos que as IES já saberiam como organizar o programa, aí nos deparávamos com uma realidade que não era bem assim! Os municípios não sabiam da existência do programa, as Universidades faziam a oferta, baseadas muito mais em suas necessidades do que nas necessidades das redes, por que esse não é um programa nem para atender a manutenção de ofertas de determinados cursos na IES como também não é para atender somente a vontade do professor de fazer um curso na disciplina em que ele gostaria de fazer, professores que às vezes fazem matemática e gostariam de fazer arte, não é isso, é mais um programa para atender as necessidades de formação que estão instalados nas redes estaduais e municipais, então começamos a dar uma organicidade ao programa, partindo do princípio de que a CAPES estava começando a atuar nas redes, que por sua vez, não conheciam não sabiam da existência da mesma, então como chegar a essas redes, fazer com que elas compreendam o programa, isso só poderia ser feito através do Fórum, então nos unimos fazendo um trabalho de fortalecimento de esforços, hoje todos os Estados da Federação têm seus Fóruns instalados, com exceção do Maranhão que ainda não alcançou e outros que embora ainda não tenham instalados ainda não fazem essa discussão da política de formação numa discussão consolidada, estamos avançando nisso, alguns Fóruns de fato a CAPES ainda permanece distante das discussões. A presença era maior por parte do Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. Acredito que aqui no Acre, também fosse assim. A professora Cleide Prudêncio informa que a

CAPES na verdade teve muito mais participação através da UAB. A Senhora Izabel Pessoa continuou sua fala informando que aí na verdade é uma característica do PARFOR que precisávamos de fato se articular com os Estados e Municípios, o PARFOR presencial foi estreitando as relações com os Fóruns, nessa perspectiva em uma visita minha ao Acre para ministrar uma aula na UNINORTE entrei em contato com a Senhora Cleide Prudêncio em nossa conversa falei que tínhamos a oferta, ela e uma funcionário da Universidade Federal do Acre foram me encontrar, conversamos e nesse contato o Acre realizou um excelente trabalho com o Fórum de Apoio a Formação Docente do Acre. O Estado está de parabéns pela quantidade de pré-inscritos. O professor Mark Assen pediu a palavra informando que quando foi instituída essa política educacional nós aqui no Acre estávamos em fase de execução de dois grandes programas de formação, envolvendo o Governo do Estado, Secretarias Municipais e Universidade Federal do Acre com formação em Ensino Superior com cursos presenciais de licenciaturas, na primeira rodada foram 37 turmas de licenciaturas, depois 06 Pedagogia. Depois 12 dos municípios de difícil acesso, e outro programa para atender os professores da zona rural. Ao desenvolver esse trabalho nos municípios de difícil acesso e com os professores que atuavam na zona rural nos demonstra uma realidade aqui no Acre que consideramos, *sui generis*, por isso o não atendimento ao programa do PARFOR, pois estávamos vinculados a outros programas de formação, portanto nesse período estávamos em curso com atividades presenciais. Segundo a professora Cleide Prudêncio nós já tínhamos um PARFOR antes de vocês. A Senhora Izabel Pessoa afirmou que ficou sabendo desse trabalho desenvolvido aqui no Acre, inclusive fui informada de que foi um excelente trabalho. Nesse momento o Secretário Daniel Sant'Ana chega, cumprimenta a todos e pede desculpas pelo atraso pois estava em uma outra atividade no auditório da secretaria. Fico feliz que tenham começado, solicito a senhora Izabel Pessoa que fique a vontade e continue sua explanação. A senhora Izabel Pessoa afirma que estava fazendo uma retrospectiva histórica do programa e nesse momento estava falando do bom trabalho que o Acre realizou. Posteriormente mostrarei um quadro com esses números. Lembrando que a quantidade de não validações foi baixíssima, quanto às validações foram muito boas e que teremos a oportunidade de implantar essas 23 turmas ou bem próximo disso, expôs o quadro e salientou que a grande demanda como em todo o Brasil é em Pedagogia, são muito poucas as turmas que não poderão ser formadas, como por exemplo, de Educação Física nesse caso não temos como ofertar, há uma regra para o fomento, se não o nosso orçamento não

suportaria, dessa forma precisamos ter um número mínimo, as turmas podem ser formadas como o mínimo de 25 alunos, a exceção das turmas nas áreas de Física, Química, Biologia, Matemática, Informática e Música que a CAPES autoriza formar turmas com 15 alunos, nas demais tem que ser com 25 alunos. A professora Cleide Prudêncio aproveitou a oportunidade para fazer o seguinte questionamento: Se em determinados locais não foi possível formar turmas podemos remanejar esse curso para outro local onde a procura foi maior, como é o caso dos municípios de Cruzeiro do Sul e Feijó? Segundo a Senhora Izabel Pessoa esse remanejamento pode sim acontecer, mas a primeira coisa agora é a seleção desses alunos, só depois que participarem desse processo seletivo e confirmarem que estão aptos para iniciar o curso, aí sim, realizaremos essa pactuação das turmas que serão financiadas, raramente a CAPES nega um financiamento de turma implantada, esse ano tivemos um problema de execução, mas como o PARFOR de fato está atendendo as expectativas do MEC tanto no sentido de alcançar um bom número de fato conseguindo levar essa oportunidade de ensino superior no interior do Brasil. A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI realizou um estudo relacionado ao PARFOR e detectou-se que é o programa que está chegando com mais êxito aos professores do campo, temos cerca de 18 mil alunos do campo no PARFOR, então acredito que não teremos nenhum problema, todas as turmas que puderem ser implantadas, serão! Na verdade esse é o histórico do programa. Ao final das pré-inscrições e validações ficamos assim: 1.150 vagas disponíveis; 1.223 pré-inscritos; 01 não avaliado; 1.146 autorizados; 76 negados e 106,35% de inscritos por vaga. Essa é a situação do Estado do Acre, estão de parabéns até porque entraram agora nesse programa, acho que a articulação de vocês aqui no Acre foi muito boa. A professora Fátima Miranda questionou que não vislumbrou a formação para professor Indígena, outra preocupação é com a Universidade se está havendo um diálogo com as coordenações dos cursos para tomarem consciência sobre essa movimentação de ofertas, se irão ter capacidade para estarem organizando seus calendários e disponibilizando esses professores tanto para as atividades que eles já fazem dentro da instituição quanto aos professores que irão trabalhar nos cursos ofertados. A senhora Izabel Pessoa salientou que essa colocação da professora Fátima Miranda é extremamente importante porque sempre orientamos as Universidades. Por isso que esse programa tem um calendário, e as Universidades têm que fazer a discussão interna e verificar a sua capacidade de oferta, lembrando que elas não estão obrigadas a fazer a oferta

que não tem condições, existem Fóruns que fazem essa exigência sim e muitas vezes a Universidade pede apoio da CAPES no sentido de sensibilizar o Fórum de que as Universidades têm uma capacidade que não é infinita, então professora Fátima nós sempre temos orientado, nesse sentido, acreditamos que a Universidade tenha disponibilizado essas ofertas de acordo com aquilo que ela já oferta. Mas a CAPES chama a atenção para aquelas Universidades que tem muita oferta, orientamos que o corpo docente seja preferencialmente da Universidade, participando por meio de bolsas, pois além das atividades regulares ainda tem as do programa, com exceção das Universidades privadas sem fins lucrativos que participam efetivamente nos Estados de Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul. Elas ofertam no período de férias ou nos finais de semana, geralmente no contra turno em que o professor está atuando em sala de aula. Lembrando que tudo isso tem que ser pactuado para saber qual vai ser a adesão dos professores porque nem todo mundo vai querer usar o seu tempo livre para atuar, do mesmo jeito ocorre com os professores que estão em formação, nesses casos merecem todo o nosso respeito e admiração que apesar de toda sua rotina semanal em sala de aula, ainda se disponibilizam a estudar nos finais de semana. Sobre a Formação para Professor Indígena a professora Aline Nicolli expôs que a UFAC tem um curso sendo executado no município de Cruzeiro do Sul chamado de Formação Docente para Indígenas com 52 alunos matriculados participando das atividades do último módulo, este ano estamos encerrando a primeira turma. A UFAC está verificando a possibilidade de abrirem outra turma a partir da necessidade que surgir. A coordenação desse curso está estudando o caso para atender a demanda da SECADI em relação ao programa de formação de professores indígenas, nesse sentido temos tentado pactuar desenvolvendo algumas ações. Em relação ao PARFOR, temos a implementação do comitê que é presidido pelo professor Mark Assen que está vinculado à Pró-reitoria de Graduação que também está vinculado a uma Coordenadoria de Formação Docente. Como está desenvolvendo esse trabalho, dentro da coordenadoria passo a palavra para o professor Mark Assen. O Professor Mark Assen afirma que a coordenação ainda não tem nenhuma regulamentação relativo a Universidade, porque ainda não fechamos essa questão com as Secretarias para de fato compatibilizarmos as turmas e termos uma definição do que efetivamente vai acontecer de atendimento nos municípios, outra questão é que esses cursos visualizados na Plataforma Freire não vão ficar ligados a coordenação das licenciaturas, eles vão ser geridos através dessa coordenadoria e desse comitê institucional de apoio a formação de professores

vinculados a Pró-reitoria de Graduação , nessa articulação com os centros acadêmicos onde estão vinculados os cursos e os professores. A outra discussão é relativa até onde vai à capacidade de oferta da Universidade, todos esses programas aos quais me referi a pouco foram executados em ações que envolvem professores efetivos da casa, professores substitutos, professores aposentados e professores que conseguimos fazer um banco de professores, quanto um não tinha condições de atender nós acionávamos outro professor para que realizasse o trabalho, as vezes como prestação de serviços. Na verdade as ações do PARFOR indicam uma forma de atuação que nós da UFAC já fazíamos. Dessa vez teremos uma ação com formato diferenciado, vinculados a um programa que tem uma agência que irá financiar, diferentemente de nossas experiências anteriores que os municípios e estado tinham que alocar os recursos para fazer frente a essas ações. Estamos colocando tudo para o segundo semestre, não foi definido ainda se será no início, meio ou fim do segundo semestre, pois tem um conjunto de ações internas que nós representantes da UFAC ainda precisamos revisar, como também os municípios que vão receber esses cursos. Não poderia deixar de falar que as ações de formação que se vinculam a região do vale do Juruá vão ser tocadas pelo Campus de Cruzeiro do Sul que tem um quadro de professores permanentes. O formato, o regime em que esses cursos irão acontecer se é em regime modular, em atividades regulares, no período de férias, atividade de finais de semana, isso ainda vamos ter que pensar para essas diferentes realidades, diferentes formatos que se ajustem e que melhor possa atender as demandas, de fato não temos ainda nenhum debate apropriado com os Centros, com as Coordenações e com o Fórum das Licenciaturas. Qual o papel que essa coordenadoria vai assumir, da mesma forma esse comitê institucional que é estabelecido por um representante do Fórum das Licenciaturas, da PROGRAD, da Extensão e da Pesquisa que vai se encarregar internamente de fazer todo esse trabalho de articulação de discussão com os Centros que é onde de fato as pessoas estão alocadas. A coordenação dos cursos regulares não vai assumir uma demanda a mais, elas irão tocar os seus próprios cursos regulares de licenciaturas. As ações do PARFOR vão ser todas geridas por esse comitê institucional. A senhora Izabel Pessoa considerou essas ações muito importantes, essa institucionalização do programa dentro da Instituição de Ensino Superior – IES. Esse caminho que a UFAC está seguindo é o caminho que tem que ser seguido. Agora tenho uma observação a fazer, o que esses programas estão tentando chamar a atenção é da importância não só das Universidades mais dos professores da comunidade acadêmica como um todo

sobre a importância da formação e de acharmos novos rumos para essa formação de professores no contexto de se utilizar as novas tecnologias, a Universidade tem que estar preparada pra isso e uma outra discussão interna mais relacionada com os cursos regulares no sentido de pensar o que estamos fazendo dentro da instituição e aí entra a articulação com os outros programas como o Prodocência, o Observatório da Educação. O PARFOR é um verdadeiro laboratório, estamos trazendo professores que vivenciam o dia a dia da sala de aula, colocando esses professores em contato com outros formadores. O professor Mark Assen aproveitou para fazer alguns questionamentos: nós da Universidade Federal do Acre atendemos alguns programas sendo realizados através da CAPES, um exemplo, é a Escola de Gestores, vamos iniciar outro ainda este ano e relacionados a esses programas temos a questão da bolsa, se estou vinculado a Escola de Gestores e não posso estar vinculado às ações do PARFOR a menos que seja um trabalho voluntário, gostaria de saber se a CAPES tem feito essa discussão com outras instituições pensando em alguma alternativa quanto à valorização do formador? Na atualidade, a bolsa desse formador é inferior a bolsa paga no Mestrado e temos como formadores professores Doutores e Mestre que inclusive tem um valor de bolsa estabelecido tanto para Graduados, quanto para Mestres e Doutores no mesmo valor. Essa é uma discussão que estamos tendo enquanto instituição. A senhora Izabel respondeu que no âmbito da CAPES, temos duas questões: uma é tratar a bolsa e não remuneração porque há jurídicos que costumam questionar a CAPES está afirmando ser remuneração e não bolsa, explicamos então que isso é um projeto, fora das atividades da Universidade, portanto não é remuneração, agora a CAPES está regulamentando isso em âmbito interno. Nesse momento, não posso responder pelo MEC, pois o programa Escola de Gestores está vinculado ao MEC, agora temos uma proibição legal quanto ao acúmulo de bolsas, porém em nossa regulamentação estamos prevendo no caso alguns acordos. Nesse sentido se o Senhor professor Mark Assen é coordenador do Observatório da Educação e coordenador do PARFOR você não dá conta, não pode haver acúmulo desse tipo, porém você sendo coordenador do Observatório pode sim ser professor no PARFOR e é isto que estamos regulamentando, mas não podemos consentir esse acúmulo indiscriminado de bolsas porque isso traria prejuízo ao próprio desenvolvimento do projeto. A professora Fátima Miranda ressaltou a questão desse alinhamento correndo o risco de esbarrarmos em tantos programas e tantas bolsas necessitando de tantos professores Mestres e Doutores para dar conta dessa leva de cursos ofertados. O Secretário Daniel Sant'Ana ressaltou que não deve haver essa

preocupação, pois com certeza não vão faltar professores, como tem uma diferenciação de valores nas bolsas isso já se torna um atrativo, o professor pode migrar para atuar em outro programa mais na maioria das vezes não o faz pois o valor da bolsa é menor, ou vice versa. Ainda seguindo a pauta da reunião a professora Izabel já relatou o PARFOR – a Plataforma Freire, nós aqui do Acre agradecemos a CAPES, essa é nossa primeira adesão este ano junto ao PARFOR, depois da conclusão de todos os nossos cursos no interior que apelidamos agora de “parforzinho”, tudo isso anterior ao próprio advento do PARFOR Nacional. Esses nossos programas realizados no passado tiveram vários convênios, foram graduados 9.600 professores da rede estadual e municipal e posteriormente vieram as discussões com a Universidade Aberta do Brasil – UAB que nos propiciou parcerias com a Universidade de Brasília – UNB, Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Universidade Federal Fluminense – UFF e Fiocruz. Esses são alguns parceiros que nos ajudaram e ajudam a ampliar a oferta de ensino superior em todo o nosso Estado. Temos também relacionado ao PARFOR um documento da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME relacionado ao PARFOR, documento este encaminhado por nós a CAPES a partir da reunião do Fórum Estadual que é uma dúvida quanto às validações, de certa forma isso já está superado, pois já passamos por essa etapa de validação das pré-inscrições, mas a preocupação da UNDIME é com relação à falta de preenchimento das turmas se não fossem considerado a hipótese de professores que estavam em exercício no ano passado e ainda não assinaram contrato e os professores que estão em exercício este ano mais que não estavam no Educacenso do ano passado. A senhora Izabel Pessoa explicou que todos os 1.223 professores que fizeram sua pré-inscrição estavam cadastrados, essa não é mais uma preocupação das Secretarias, isso inclusive foi atualizado no calendário do programa. No momento da pré-inscrição o professor já não poderia realizá-la se não estivesse cadastrado do Educacenso, a preocupação poderá ser com esse interstício daqueles que não conseguiram fazer sua pré-inscrição, mas não tem jeito, não conseguimos com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para solucionar esses problemas. Então nossas orientações são a de que o professor tem que cuidar do seu cadastro hoje, para poder participar das próximas ofertas previstas para o ano de 2014. Muitos perguntam o porquê dessa associação ao Educacenso, respondemos que a CAPES teve cerca de duas mil denúncias de pré-inscrições de pessoas que não eram professores e isso trouxe um prejuízo enorme para o programa. Por

orientação do nosso setor jurídico ficou acertado que só poderíamos lançar esse calendário se fizéssemos essa integração com o Educacenso. Então as Secretarias Estaduais e Municipais não tem mais essa preocupação de confirmar se no momento em que esses professores realizaram sua inscrição, se eles estão cadastrados no educacenso de 2012. Tendo o cadastro e mesmo que seu contrato tenha sido finalizado, eles podem se inscrever e vão poder cursar. Nesse momento, o Secretário Daniel Sant'Ana reforça que então eles vão poder, reafirmando que os professores que estão cadastrados em 2012 mais não estão atuando em 2013 serão aceitos no programa, segundo a senhora Izabel Pessoa afirma que o requisito já foi preenchido no momento em que ele conseguiu fazer sua pré-inscrição, o Secretário Daniel Sant'Ana continua, e os que estão em exercício em 2013 mais não estão cadastrados em 2012. A senhora Izabel Pessoa reforça que nesse caso o inverso a situação anterior não é possível, mas confirma que já enviou para a professora Cleide Prudêncio o calendário de ofertas para 2014. A professora Cleide Prudêncio disse que ainda este ano vamos trabalhar esses professores para atendermos o calendário de 2014. A senhora Izabel Pessoa confirma que nesse caso o que atesta eles estarem em exercício é o Educacenso. Segundo o Secretário Daniel Sant'Ana passaremos para o terceiro ponto da Pauta sobre a oferta da Universidade Federal Fluminense – UFF no âmbito da UAB, passando a palavra para a professora Cleide Prudêncio que ressaltou a fala da professora Izabel Pessoa que até o momento falou da CAPES, da Diretoria de Formação de Professores com o PARFOR presencial, temos também uma parceria com a CAPES em Educação à Distância. Temos oito pólos de educação a distância aqui no Acre, no ano passado tivemos uma avaliação da CAPES nesses pólos e todos eles foram aprovados com conceito AA, então todos os nossos pólos no Acre estão aptos a receber oferta de cursos, acabamos de lançar a parceria com a Universidade Federal do Amazonas, lançamos o edital do curso de graduação em Administração Pública que irá ser ofertado em três dos nossos pólos e também tem a parceria com a UnB que até maio deve está saindo os editais. Dentro do sistema UAB, temos várias Universidades com ofertas em cursos aqui no Acre e a Universidade Federal Fluminense - UFF é uma das parceiras, no último encontro do Fórum dos coordenadores dos pólos UAB, nos foi apresentado uma demanda em cursos de especialização para serem executados em todos os pólos. Temos a demanda do curso de Planejamento, implementação e gestão da educação à distância para preparar pessoas que irão trabalhar com educação à distância e o curso de Novas Tecnologias no Ensino da Matemática todo voltado para professores

da área de matemática, nesse caso específico somente nos municípios de Cruzeiro do Sul e Rio Branco, a idéia é de aprovarmos essa demanda no Fórum de Apoio a Formação Docente para que o mesmo tenha conhecimento e valide essas ofertas aqui no Acre. Como anteriormente já tivemos uma grande experiência em formação docente, temos um leque extenso de Universidades que estão atuando aqui no Acre. Então estamos com essa demanda para os nossos oito pólos que compreendem os municípios de Acrelândia, Brasiléia, Cruzeiro do Sul, Feijó, Rio Branco, Sena Madureira, Tarauacá e Xapuri. Após essa validação pelo FORPROF estaremos encaminhando a Ata para a Universidade Federal Fluminense – UFF para que eles possam estar formalizando essa oferta. O Secretário Daniel Sant’Ana colocou para apreciação se alguém tinha alguma observação a fazer, então passamos para a votação, todos aprovaram a oferta. A professora Cleide Prudêncio ressaltou que as turmas serão compostas de 50 alunos, as turmas de especializações têm que ser formadas com essa quantidade, somente as graduações podem ser formado com até 30 alunos. O Secretário Daniel Sant’Ana abriu o debate para o quarto ponto da pauta referindo-se a Cursos de Formação de Conselheiros, uma solicitação da União dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME, mas infelizmente não temos ninguém representando o Conselho, portanto passamos para o quinto ponto da pauta: Inclusão dos Conteúdos para a Educação Étnico-racial e Educação dos Direitos Humanos, no Currículo das Licenciaturas solicitada pelo Conselho Estadual de Educação – CEE. O Secretário Daniel Sant’Ana passou a palavra para a professora Fátima Miranda representante do CEE mas antes fez uma breve apresentação da professora Izis Melo presente à reunião representando a Coordenação de Educação para Direitos Humanos, Cidadania e Diversidade da Diretoria de Inovação desta Secretaria. A senhora Izabel Pessoa pede a palavra para repassar uma informação sobre esse assunto, referindo-se de que CAPES foi tomada de surpresa, inclusive hoje está tendo uma reunião do Conselho do CTC – Conselho Técnico e Científico da Educação Básica sobre a reformulação do currículo do Ensino Médio. Considero importante que esse Fórum também discuta esse assunto. Alguns Fóruns estão começando a fazer essa discussão com base nessas discussões mais ampla e como esse é o Fórum de Formação Docente, considero importantíssimo discutirmos também, porque sem a participação das Universidades que é quem forma os professores fica difícil, então esta discussão tem que ser encampada pelas Instituições formadoras. A professora Fátima Miranda ressaltou que essa inclusão dos conteúdos vêm desde a implantação da lei étnico-racial, que coloca a obrigatoriedade

tanto para a educação básica quanto para o ensino superior. E aí ocorre uma briga dentro das Universidades ao instalarem dentro das instituições os Fóruns étnico-raciais para discussão dos conteúdos para serem implantados dentro das licenciaturas, num período atrás tivemos um pequeno movimento, não sei se a Senhora Izis Melo chegou a conhecer, a senhora Izis respondeu que esse movimento se chamava NEAB - Núcleo de Estudos Afro Brasileiro, dando continuidade à professora Fátima Miranda diz que desde essa implantação na rede é que vem correndo na Justiça os processos pelos movimentos, os étnico-raciais e o dos Direitos Humanos pelo não cumprimento com o que está estabelecido em Lei e nos Pareceres dos Conselhos Estaduais de Educação, então, por diversas vezes nós enquanto Conselho Estadual de Educação fomos chamados ao Ministério Público junto com as Secretarias Municipais e a Secretaria Estadual para nos reportarmos de que forma os Sistemas estariam cumprindo o que estabelece a lei, então recentemente, nós tivemos uma outra chamada com um processo um pouco mais fechado e agora com proposições. O Secretário Daniel Sant'Ana questionou como se chamava o Promotor e a professora Fátima respondeu que se tratava do Promotor Ricardo Carvalho do Ministério Público. Que nos colocou que agora vai ser estabelecido o TAC – Termo de Ajustamento de Conduta. Sendo assim temos agora o ano de 2013 para começarmos a estabelecer os conteúdos do currículo para a educação básica e 2014 para citar o que nós alcançamos com o estabelecimento desses conteúdos. E o Conselho Estadual de Educação preocupado com isso, visualiza a situação atual da Universidade que deve estar preocupada em inserir dentro das suas formações em licenciaturas os conteúdos étnico-raciais e os Direitos Humanos, porque se a formação é para contemplar toda a Educação Básica deverão saber que conteúdos serão desenvolvidos na Educação Infantil, Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Nesse momento que passamos por essa efervescência de oferta dos cursos é fundamental que as Universidades pensem de que forma estaria desenhando essa matriz curricular e que a oferta de disciplinas ou conteúdos poderia estar integrando nesses cursos. O Secretários Daniel Sant'Ana faz uma ressalva na fala da professora Fátima Miranda ressaltando o que pese todas as ações do Fórum Permanente Étnico-racial e o conjunto das Secretarias mantendo um diálogo quanto aos projetos complementares sobre a temática relacionados a distribuição de conteúdos e materiais. O Ministério Público tem colocado a questão de forma bastante contundente. Em diversas escolas os professores têm desenvolvido um trabalho interessante, outras não, outras mais ou menos e outras de forma nenhuma. A

professora Fátima Miranda indagou que o Ministério Público quer visualizar isso no currículo, em que disciplinas vão constar esses conteúdos étnico-raciais, para além das nossas ações vivência do dia a dia com a relação professor/aluno. O Senhor Márcio Batista, Secretário Municipal de Educação de Rio Branco diz que tem várias questões a declarar, quanto a essa questão do currículo é claro que devemos manter esforços nessa direção, concordo com a fala da professora Fátima Miranda, dando substância a partir das universidades para discutir como incluir esse conteúdo junto às licenciaturas e posteriormente esse formato chegar às redes tanto municipais quanto estaduais. Esse ano a secretaria municipal contou com a presença de uma formadora da SECADI, na semana passada em Rio Branco, com a presença do Fórum municipal estiveram presentes tanto a UFAC quanto o IFAC colocando inclusive em nossa política de formação a atuação de nossa prática docente. Ainda para esse ano nós materializamos essas ações na política de formação da Secretaria de Educação de Rio Branco via processo de discussão através do Instituto Abaporu de Educação e Cultura e já contamos inclusive com um calendário de atividades agora para dar mais concretude a essa inclusão, precisamos das parcerias com as Universidades, dos nossos Conselhos e Secretarias de Educação na construção desse currículo mais concreto. O professor Mark Assen diz que a UFAC tem diretrizes a respeito das áreas, a questão da inclusão dos conteúdos étnico-raciais, já está estabelecido nos decretos da Universidade, algumas instituições já incluíram isso nas discussões dos temas transversais em determinadas disciplinas que perpassam os conteúdos dos cursos. Gostaria de fazer uma proposição de estar encaminhando junto a este Fórum essa demanda à Pró-reitoria de Graduação para que chamasse o Fórum das Licenciaturas para fazer uma discussão mais adequada, esse fórum das licenciaturas poderia estar discutindo sobre essa questão com mais elementos e com mais propriedade. O Secretário Daniel Sant'Ana considerou a sugestão feita pelo professor Mark Assen muito boa, lembrando também que essa não é uma discussão apenas do Ensino Superior com seus cursos de licenciatura mas com certeza o Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED, trará essa discussão para o Ensino Médio, naturalmente irão levantar sugestões para a formação do currículo. Para a Senhora Izabel Pessoa essa questão da discussão do Ensino Médio tem algo mais profundo que é pensarmos o que o estudante de Ensino Médio precisa saber, entra a questão étnico-racial, como é que vai ser feito isso, como isso se reflete na formação do professor, não é apenas agregando na disciplina que iremos orientá-lo como deverá utilizá-la na sua rotina de sala de aula. Por isso a importância dessa

formação continuada. Por exemplo, se a inclusão étnico-racial fosse algo novo e esse professor já passou por uma formação inicial, ele não teve contato com esse assunto, ele teria que ter na formação continuada, mas não seria só essa disciplina, seria instrumentalizar essa pessoa com habilidades para que ele possa saber como abordar isso na sua disciplina. Quando falamos em instrumentalizar é exatamente isso, que competências eu preciso estar incluindo em minhas discussões acadêmicas para poder dotar esse professor de habilidades para poder lidar com essa questão dos conteúdos. A professora Aline Nicolli afirmou que internamente a UFAC tem em todos os cursos a orientação de fazerem ou de estarem se atualizando e quando fizerem suas reformulações curriculares, contemplem a temática, em uma disciplina ou em várias disciplinas de acordo com a discussão do núcleo de licenciatura do curso. Agora acho válido sim a decisão de nos reunirmos para discutirmos o que está sendo pensado para a educação básica e para a formação de professores que irão atuar nessas formações de professores para a educação básica. Professora Fátima Miranda, gostaria então de reforçar que além desses conteúdos é o próprio currículo, quantas mazelas nós temos sentido no sistema por conta desse diálogo que nós não estamos travando com essas Universidades no ato da formação. A Professora Izis Melo, gostaria de reforçar que as Universidades: UFAC e IFAC estarão recebendo do Ministério Público esse documento, nesse sentido não estaremos pensando somente nas licenciaturas mais também na pós-graduação, porque precisamos estabelecer essas parcerias, uma outra situação é com relação ao credenciamento do ensino à distância, alguns editais do MEC, aberto para instituições de ensino superior público que estão credenciadas ao Ensino à Distância e essas temáticas de diversidade estão sendo muito ofertadas nessa modalidade, tanto que já estamos com a terceira turma do curso de especialização em gênero e raça oferecido pela Universidade Federal de Ouro Preto em parceria com o pólo de Rio Branco e em outra vez com o pólo de Xapuri. O Promotor Ricardo Carvalho é muito ponderado e muito objetivo, ele disse que os anos de 2013 e 2014 para a questão étnico-racial, 2014 e 2015 para a questão dos Direitos Humanos e logo estaremos recebendo essa documentação. O Secretário Daniel Sant'Ana trouxe a tona a sugestão do professor Mark Assen de levar a discussão ao Fórum das Licenciaturas da Universidade Federal do Acre e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Todos estão de acordo? Todos os presentes aprovaram a proposta. Dando prosseguimento à pauta, vamos ao sexto ponto: Oferta de Formação em Magistério, para poder capacitar professores com nível médio que venham a atuar na educação infantil no interior do Estado, também

sugestão do CEE. A Senhora Fátima Miranda afirma que essa demanda surge do Fórum de Educação no qual contamos com a presença dos Secretários Municipais e uma de suas maiores preocupações é de que no interior dos municípios, em especial na educação rural, não seja possível a abertura de editais específicos para professores com formação no ensino médio. Em decorrência disso, não conseguimos preencher as vagas existentes. Segundo a senhora Izabel Pessoa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB traz uma responsabilidade para os Institutos Federais de Ensino Superior - IFES da oferta do curso na modalidade normal, continua aquela questão que o professor da educação infantil preferencialmente com o ensino superior, mas admitindo o professor com o curso normal o que temos que discutir é que embora tenhamos excelentes professores normalistas, não podemos parar aí, essa é a questão, o professor em particular mais do que qualquer outra categoria profissional, é aquele que nunca deve parar de estudar. O secretário Daniel Sant'Ana diz que durante muito tempo discordei da professora Fátima Miranda com relação a essa questão, pois vencemos esse desafio quando formamos muitos professores com nível superior tanto com os programas anteriores quanto nas ofertas regulares da UFAC e agora com o IFAC, considero dar um passo atrás, reativar a oferta de magistério ou qualquer coisa que caminhe nesse sentido. A senhora Izabel Pessoa ressalta que o cerne da questão não é a educação superior ou ensino médio, a questão de um bom curso normal é também rever o curso de pedagogia polivalente. A CAPES já está trabalhando em fomentar o curso de pedagogia voltado para os profissionais de educação infantil, já estamos lançando esse programa até o final do ano, com a finalidade de ofertas em turmas especiais com um programa específico para educação infantil em cursos de pedagogia para atender os profissionais, nesse caso não será somente para docentes mais também para auxiliar de creche, por meio de edital e as universidades vão ter que apresentar um projeto em consonância com a formação dos educadores infantis. Acredito que no segundo semestre de 2013 estaremos lançando esse programa para o início das turmas em 2014. A professora Fátima Miranda ressaltou que a proposta do CEE não é a de ativar o magistério, estávamos pensando em fazer um desenho, para uma formação em magistério para atender aqueles municípios onde se torna humanamente impossível instalar esses cursos em ofertas especiais, como por exemplo, os municípios de Santa Rosa do Purus e Cruzeiro do Sul onde temos uma diversidade de zona rural que é quase impossível essa oferta e ninguém quer ir até lá nesses lugares. Em muitas realidades, temos somente o ensino fundamental multisseriado, não temos pessoas

com nível médio em magistério para conseqüentemente fazer um curso de licenciatura, queremos dar “o ponta pé” inicial, e partir desse momento podemos ter uma clientela, se não iniciarmos permaneceremos nessa mesma situação por muitos anos. Temos indivíduos ou com o ensino fundamental completo, ou nem o ensino médio ou o ensino médio incompleto que estão a uns 15 anos dando aula em salas multisseriadas. Surgiu então uma luz em fazer com esses indivíduos uma formação, já tivemos uma boa experiência na formação em magistério para professores indígenas, hoje eles estão nas licenciaturas, mas se não tivéssemos feito esse desenho eles nunca estariam lá! Entenderam? Nós do CEE faríamos esse desenho, o CEE tem a possibilidade de aprovar esse curso para essa realidade o que nos daria certo problema seria quanto aos recursos e teríamos que contar com essa possibilidade de financiamento, os municípios não vão querer arcar com isso. O Secretário Daniel Sant’Ana pediu que o CEE fizesse então o esboço, elaborasse a proposta o mais objetiva possível que iremos conversar com os municípios, afirmando que o Estado também não tem como realizar esse financiamento. Vamos passar para o sétimo e último ponto da pauta: Formação do Professor Indígena, apresento a professora Socorro Oliveira Coordenadora de Educação Escolar Indígena da SEE. A Professora Socorro Oliveira ressaltou que os professores indígenas já estão sendo atendidos com cursos de formação docente, já estamos com uma lista de professores que concluíram o ensino médio aptos a participarem do próximo processo seletivo do segundo semestre. São 12 municípios do estado com educação indígena, à concentração é maior nos municípios de Tarauacá e Feijó, mas temos demanda em todos esses municípios, mas a concentração é maior no Juruá. O Secretário Daniel Sant’Ana questionou o fato da segunda oferta em Formação de professores Indígenas que atualmente ocorre no município de Cruzeiro do Sul não ser mais nesse município se essa questão foi superada? A professora Socorro Oliveira disse que há uma discussão a respeito para que a segunda turma desse curso seja em Rio Branco por conta do atendimento, essa parte da logística, sempre está em pauta, há também um documento que foi elaborado no encontro das lideranças indígenas, onde solicitam apoio logístico da Secretaria de Estado de Educação para que a mesma faça uma parceria com a UFAC para o curso de licenciatura. A professora Aline Nicolli pediu a fala para informar que a UFAC fez em Cruzeiro do Sul no final do mês de março uma discussão com a coordenação do curso de formação docente para indígena, ficou então detectado a existência de dois problemas referentes ao curso: primeiro de organização pedagógica que precisamos saná-los antes de fazermos a oferta de uma

nova turma, estamos agora em processo de solicitação de reconhecimento desse curso e identificando uma série de situações que são situações problemas para o reconhecimento, mais isso é uma discussão interna, que já iniciamos no sentido de iniciarmos esse projeto e a segunda questão com relação a esse curso é a orçamentária. Esse curso hoje para a UFAC custa aproximadamente 600 mil reais por módulo, então é algo que precisamos internamente ajustar e repensar, nós temos uma discussão interna em relação a essa questão, temos um grupo que quer trazer esse curso para Rio Branco e nós temos outro grupo querendo segurar esse curso em Cruzeiro do Sul, nesse sentido precisamos saber onde se encontra a maior demanda, de onde é que os professores indígenas vem, isso vai determinar a escolha de onde vai sediar o curso. Se a maioria estiver concentrada nos municípios de Feijó e Tarauacá na região do Juruá, a UFAC não tem como justificar a transferência do curso para Rio Branco, da mesma forma se acontecer o inverso. Definido com relação a esse curso só a primeira questão, a intenção de reconhecer o curso para garantir a certificação desses 52 alunos que temos hoje. E concluir esse módulo que deve iniciar agora nos próximos dias, no mais a intenção é a de continuar atendendo com outras demandas, mas precisamos negociar algumas questões em relação às re oferta desse curso. O que parece é que estamos fazendo discussões paralelas, a Secretaria com a organização e a UFAC internamente com as discussões relevantes ao curso de Cruzeiro do Sul, se pudermos sentar para discutir juntos vai ser muito importante para a Universidade Federal do Acre. A professora Socorro afirma que não está acontecendo essa discussão paralela. Teremos uma próxima reunião e iremos convidar a Universidade Federal do Acre. O Secretário Daniel Sant'Ana disse ser importante essa discussão , contando com a participação de representantes da UFAC nesse encontro, a senhora Socorro Oliveira afirma que o que se percebe é que eles querem um outro curso e não é isso, ressaltou que não é isso, eles querem apoio logístico com relação as despesas para realização do curso. Realmente o custo orçamentário desse curso em formação indígena sai muito caro, um exemplo são os nossos cursos de ensino médio hoje para formar esses indígenas está em torno de quatro milhões. O Secretário Daniel Sant'Ana finaliza informando que concluímos a pauta com seus sete tópicos, perguntou se havia mais alguma consideração a ser feita, ninguém se posicionou. Nada mais havendo a tratar gostaria de encerrar a reunião ressaltando que estamos muito empolgados com o PARFOR, também com os Mestrados Profissionais: O PROFMAT e o PROFLETRAS. Estamos satisfeitos com a parceria com a CAPES. Agradeceu a presença de todos destacando que a

próxima reunião será realizada no dia dezesseis de julho do ano em curso e deu por encerrada a reunião. Eu, Elisângela Fadul Dantas lavrei a presente Ata que deverá ser assinada pelos membros e convidados presentes.

Daniel Queiroz de Sant'Ana (SEE) _____

Cleide Helena Prudêncio da Silva (SEE) _____

Izabel Lima Pessoa (CAPES) _____

Maria de Fátima Miranda de Lima (CEE) _____

Aline Andréia Nicolli (Reitoria /UFAC) _____

José Ribamar Lima de Souza (Licenciaturas/UFAC) _____

Mark Clark Assen de Carvalho (ANFOPE) _____

Charle Ferreira Crisóstomo (IFAC) _____

Márcio José Batista (UNDIME) _____

Maria Izauníria Nunes da Silva (UNDIME) _____

Alcilene Maria Gurgel da S. Pinto (SINPLAC) _____

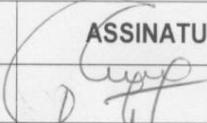
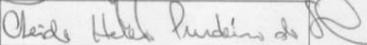
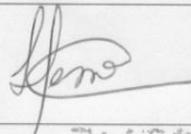
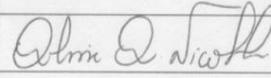
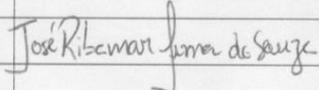
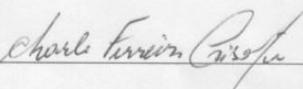
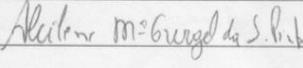
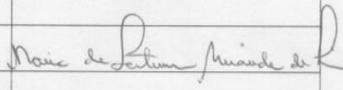
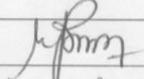
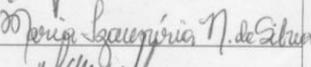
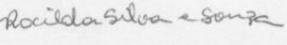
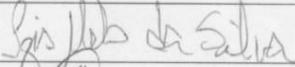
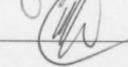
Rocilda Silva e Souza (Coord. Ensino Superior/SEE) _____

Izis Melo da Silva (Direitos Humanos/SEE) _____

Maria do Socorro de Oliveira (Coord. Educação Indígena) _____

FÓRUM DE APOIO À FORMAÇÃO DOCENTE DO ACRE – FORPROF AC

LISTA DE PRESENCAS NA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2013 (16/04/2013)

| Nº | INSTITUIÇÕES | REPRESENTANTES BIÊNIO 2012/2013 | ASSINATURAS |
|----|--|--|---|
| 01 | SEE - Secretaria de Estado de Educação e Esporte | Titular: Daniel Queiroz de Sant'Ana |  |
| | | Suplente: Cleide Helena Prudêncio da Silva |  |
| 02 | MEC | Titular: Marcello Ferreira | |
| | | Suplente: Natalino Freitas | |
| | | Representante da CAPES Coord. Geral de Formação de Professores da Educação Básica Izabel Pessoa |  |
| 03 | UFAC (Reitoria) | Titular: Profª Drª Maria do Socorro Neri Medeiros de Souza | |
| | | Suplente: Profª Drª Aline Andréia Nicolli |  |
| 04 | UFAC (Licenciaturas) | Titular: Profº Dr. Silvio Simione da Silva | |
| | | Suplente: Profº José Ribamar Lima de Souza |  |
| 05 | IFAC | Titular: Breno Carillo Silveira | |
| | | Suplente: Danielly Nóbrega | |
| | | Representante do IFAC Diretor de Desenvolvimento de Ensino Profº. Charle Ferreira Crisóstomo |  |
| 06 | SINTEAC – Sindicato dos Professores do Acre | Titular: João de Almeida Sandim Filho | |
| | | Suplente: José Chaves da Silva | |
| 07 | SINPLAC – Sindicato dos Professores Licenciados | Titular: Alcilene Maria Gurgel da Silva Pinto |  |
| | | Suplente: Edileudo Rocha da Silva | |
| 08 | CEE – Conselho Estadual de Educação | Titular: Iris Célia Cabanellas Zannini | |
| | | Suplente: Maria de Fátima Miranda de Lima |  |
| 09 | UNCME/AC – União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação | Titular: Maria Zélia da Silva Mendonça | |
| | | Suplente: Eliene Almeida de Amorim | |
| 10 | UNDIME – União dos Dirigentes Municipais de Educação | Titular: Marcio José Batista |  |
| | | Suplente: Maria Izauníria Nunes da Silva |  |
| 11 | ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação | Titular: Mark Clark Assen de Carvalho |  |
| | | Suplente: Maria Adízia de Mesquita Araújo | |
| 12 | Coordenação de Ensino Superior | Rocilda Silva e Souza |  |
| 13 | COORD. DE EXT. PARA OS D.H. | Izys Helo da Silva |  |
| 14 | Coord. Educ. Indígena | Maria do Socorro de Oliveira |  |